



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Aberto)
EMIÇÃO 26/02/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	N. E.	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	N. E.	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE		57.917.139,12	356.248.915,50	PASSIVO CIRCULANTE		176.926.474,28	477.102.455,88
Caixa e Equivalentes de Caixa	01.001	3.548.926,70	1.723.053,67	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	01.006	97.717.633,62	404.493.418,59
Créditos a Curto Prazo		-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		-	-
Créditos Tributários a Receber		-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	01.005	77.528.188,87	54.172.555,82
Clientes		-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo		1.055,88	1.181,30
Créditos de Transferências a Receber		-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes		-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-	Provisões de Curto Prazo		-	-
Dívida Ativa Tributária		-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	01.003	1.679.595,91	18.435.300,17
Dívida Ativa Não Tributária		-	-		01.004		
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo		-	-				
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	01.002	53.012.555,30	351.976.920,88				
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	-				
Estoques		1.355.657,12	2.548.940,95				
VPDs Pagas Antecipadamente		-	-				
ATIVO NÃO CIRCULANTE		162.994.823,74	176.892.041,03	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		56.447.528.857,63	23.863,14
Ativo Realizável a Longo Prazo		-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo		-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo		-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		-	-
Estoques		-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo		-	-
VPDs Pagas Antecipadamente		-	-	Provisões de Longo Prazo	01.007	56.447.505.246,49	-
Investimentos		-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo		23.611,14	23.863,14
Participações Permanentes		-	-	Resultado Diferido		-	-
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial		-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		56.624.455.331,91	477.126.319,02
Participações Avaliadas pelo Método de Custo		-	-				
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes		-	-				
Propriedades para Investimento		-	-				
Propriedades para Investimento		-	-				
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos		-	-				
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos		-	-				
Investimentos do RPSS de Longo Prazo		-	-				
Investimentos do RPSS de Longo Prazo		-	-				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS		-	-				
Demais Investimentos Permanentes		-	-				
Demais Investimentos Permanentes		-	-				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.		-	-				
Imobilizado		162.536.413,86	176.253.997,05	(-) Ações / Cotas em Tesouraria		-	-
Bens Móveis		70.637.072,72	74.370.734,93	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		-56.403.543.369,05	56.014.637,51
Bens Móveis		106.843.630,98	97.947.410,49				
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-36.206.558,26	-23.576.675,56				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-	-				



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Aberto)
EMIÇÃO 26/02/2016	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	N. E.	2015	2014	-			
				ESPECIFICAÇÃO	N. E.	2015	2014
Bens Imóveis		91.899.341,14	101.883.262,12				
Bens Imóveis		92.803.677,60	102.581.567,61				
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-904.336,46	-698.305,49				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-	-				
Intangível		458.409,88	638.043,98				
Softwares		458.409,88	625.725,58				
Softwares		10.578.571,55	10.604.090,18				
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-10.120.161,67	-9.978.364,60				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		-	-				
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	12.318,40				
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	12.318,40				
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind		-	-				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.		-	-				
Direitos de Uso de Imóveis		-	-				
Direitos de Uso de Imóveis		-	-				
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis		-	-				
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis		-	-				
Diferido		-	-				
Diferido		-	-				
(-) Amortização Acumulada		-	-				
TOTAL DO ATIVO		220.911.962,86	533.140.956,53	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		220.911.962,86	533.140.956,53

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	3.548.926,70	126.384.774,94	PASSIVO FINANCEIRO	95.163.893,59	162.339.691,16
ATIVO PERMANENTE	217.363.036,16	406.756.181,59	PASSIVO PERMANENTE	56.585.022.512,61	336.539.694,61
SALDO PATRIMONIAL	56.459.274.443,34	-	SALDO PATRIMONIAL		34.261.570,76

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	21.036.964,81	19.462.719,15	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	394.023.389,14	334.836.134,96
Execução dos Atos Potenciais Ativos	21.036.964,81	19.462.719,15	Execução dos Atos Potenciais Passivos	394.023.389,14	334.836.134,96
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	21.036.964,81	19.462.719,15	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	431.748,55	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	393.591.640,59	334.836.134,96
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	21.036.964,81	19.462.719,15	TOTAL	394.023.389,14	334.836.134,96



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2015	PERIODO QUARTO TRIMESTRE (Aberto)
-------------------	--------------------------------------

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSAO 26/02/2016	PAGINA 3
-----------------------	-------------

SUBTITULO	63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO
----------------	----------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-87.933.740,14
Recursos Vinculados	-3.681.226,75
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-407.404,16
Operação de Crédito	-2.869.682,68
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-404.139,91
TOTAL	-91.614.966,89



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO

EXERCICIO 2015	PERIODO QUARTO TRIMESTRE (Aberto)
EMISSAO 26/02/2016	PAGINA 4
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

NOTAS EXPLICATIVAS

01.001 - CAIXA E EQUIVALENTES EM MOEDA NACIONAL - O Órgão recebeu valores pagos por meio de GRU (Código 28883-7 - TX.INSER.CONCURSO PUBLICO), taxa de inscrição do Concurso Público, ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS VAGOS DE ADVOGADO DA UNIÃO DE 2ª CATEGORIA EDITAL Nº 1 e AGU, DE 13 DE JULHO DE 2015 Edital Nº 1 e AGU, DE 13 DE JULHO DE 2015, executado pelo Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebbraspe), denominado Cespe. Esta arrecadação ocorreu no período de 16/07/2015 a 25/09/2015, no total de R\$ 4.487.951,21, a variação se deu pelo motivo do pagamento de faturas da prestação deste serviço.

01.002 - ADIANTAMENTO CONCEDIDO A PESSOAL E TERCEIROS - A redução do item "ADIANTAMENTO CONCEDIDO A PESSOAL E TERCEIROS" se deu, por motivo de ajustes, na UG 110062, Adiantamento de referente a 113110102 - 1/3 DE FÉRIAS - ADIANTAMENTO e 113110101 - 13 SALÁRIOS - ADIANTAMENTOS, por se tratar do encerramento do exercício de 2015.

01.003 - OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - O aumento na referida conta se deu por registro automático do processo de inscrição do Diferido na conta 218923901 - COTA RECEBIDA DIFERIDA, na ordem de R\$ 528.936,43, por motivo do encerramento do exercício de 2015.

01.004 - VALORES RESTITUIVEIS - Com a liberação de financeiro por parte da STN, houve pagamentos de Deduções, o que gerou a redução do saldo no referido item.

01.005 - FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CP - Devido liberação de orçamento pela SOF, houve o reconhecimento de passivos sem suporte orçamentário, ajuste de saldos das contas desses passivos e empenho destas despesas, o ocasionou o aumento da conta 213110400 - FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CP.

01.006 - PESSOAL A PAGAR - Houve o pagamento da folha de Dezembro de 2015 e ajustes de encerramento do exercício de 2015 na conta 211110103 - FÉRIAS A PAGAR, gerando esta redução no item.

01.007 - Riscos Fiscais de Ações Judiciais da União - PGU - No dia 10 de fevereiro de 2015 a Advocacia Geral da União - AGU emitiu a Portaria nº40, decorrente de reuniões prévias entre AGU, STN e PGFN, que estabeleceu critérios e procedimentos a serem adotados pela AGU na prestação de informações sobre ações judiciais ajuizadas contra a União, suas autarquias ou fundações públicas, que possam representar riscos fiscais, considerando a necessidade de prestação de informações por parte da Advocacia-Geral da União - AGU para elaboração do Anexo de Riscos Fiscais previsto no §3º do art. 4º da LC nº 101/2000 e das demonstrações contábeis consolidadas da União, destinadas a compor a prestação de contas anual do Presidente da República.

Na Portaria define como será a classificação de risco de perda das ações em tramitação nos tribunais superiores ou já transitados em julgado quanto à probabilidade de perda: risco provável; risco possível; e risco remoto, bem como estimará qual o impacto financeiro.

Ainda, segundo a portaria, a estimativa de impacto financeiro da ação judicial será aferida com base nos elementos constantes no processo e nas informações e documentos apresentados pelos órgãos e entidades envolvidas no processo judicial e poderá ser realizada com base nos dados e relatórios disponíveis nos sistemas informatizados da AGU quando houver elementos suficientes à adequada verificação do impacto financeiro. Os órgãos da AGU poderão solicitar o auxílio técnico do Departamento de Cálculos e Perícias da Procuradoria-Geral da União para a elaboração de laudo técnico com a estimativa de impacto financeiro, desde que indiquem os parâmetros a serem considerados.

Por determinação, foi criado uma Unidade Gestora no SIAFI, UG 110652 - RISCOS FISCAIS-PGU vinculado ao Órgão 63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO, para o registro do passivo Risco Fiscal de Ações Judiciais da União com Probabilidade Provável de perda. Já os valores referentes a Risco Fiscal de Ações Judiciais da União com Probabilidade Possível ou Probabilidade Remota de perda, quando mensurados, constaram em notas Explicativas.

Com isso, no dia 21 de agosto de 2015, a Procuradoria-Geral da União, por meio da Nota Técnica CGEST/PGU Nº 002/2015, mensurou os valores referente aos Riscos Fiscais de Ações Judiciais da União, seguindo os critérios da Portaria nº 40/2015 e a Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme abaixo:

Riscos Fiscal de Ações Judiciais da União - PGU
- Probabilidade Provável - R\$ 56.447.505.246,49
- Probabilidade Possível - R\$ 2.109.109.723,93
- TOTAL ----- R\$ 58.556.614.970,42

O registro no SIAFI, do valor referente a Riscos Fiscais de Ações Judiciais com Probabilidade Provável no montante de R\$ 56.447.505.246,49, se deu pelo Documento Hábil 2015PA000001, na UG 110652 - RISCOS FISCAIS-PGU, na data de 04 de dezembro de 2015.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS

NOTA TÉCNICA CGEST/PGU Nº 002/2015

Brasília, 21 de agosto de 2015.

Senhor Procurador-Geral da União,

Segue, em anexo, as considerações preliminares e a tabela com a listagem das principais ações judiciais no âmbito da Procuradoria-Geral da União que implicam em “riscos fiscais” a serem informados à Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, com fundamento na Portaria AGU nº 40/2015.

Caio Castelliano de Vasconcelos
Advogado da União
Coordenador-Geral de Informações Estratégicas da PGU

De acordo. Encaminhe-se à Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Brasília, 21 de agosto de 2015.

Paulo Henrique Kuhn
Advogado da União
Procurador-Geral da União



Passivos Contingentes da União (Administração Direta): ações gerenciadas pela Procuradoria-Geral da União

Considerações preliminares:

1. Até o ano de 2014, a avaliação dos passivos contingentes da União tomava por base parâmetros internos desta Procuradoria-Geral da União.
2. A partir de fevereiro de 2015, passaram a ser considerados os parâmetros definidos na Portaria AGU N° 40, de 10 de fevereiro de 2015, que estabeleceu critérios e procedimentos a serem adotados pela Advocacia-Geral da União na prestação de informações sobre ações judiciais ajuizadas contra a União, suas autarquias ou fundações públicas, que possam representar riscos fiscais.
3. O mencionado normativo prevê que sejam informadas as ações ou grupos de ações semelhantes com impacto financeiro estimado em, no mínimo, R\$ 1 bilhão. Além disso, define critérios para classificação dos processos quanto à probabilidade de perda (risco provável, possível ou remoto), levando em consideração especialmente a fase processual das ações.
4. Com a edição da Portaria AGU nº 40/2015 foi alcançada uma maior harmonia nas informações prestadas pelos órgãos de direção superior da Advocacia-Geral da União, esclarecendo-se que a Procuradoria-Geral do Banco Central continuou a utilizar critérios próprios. Também é importante esclarecer que as ações gerenciadas pela Secretaria-Geral de Contencioso, que defende a União perante o Supremo Tribunal Federal, passaram a ser inseridas nas informações prestadas pela Procuradoria-Geral da União.
5. Parte considerável das ações em trâmite perante os tribunais está pendente de julgamento final, não tendo ocorrido ainda o trânsito em julgado de possíveis condenações. Deve-se considerar que as decisões desfavoráveis à União sempre contam com a possibilidade de reversão em instâncias superiores, especialmente por causa variação dos entendimentos jurisprudenciais ao longo do tempo. Nesse sentido, a Advocacia-Geral da União - AGU realiza intenso trabalho para o fim de tentar reverter todas as decisões judiciais que lhe são desfavoráveis.
6. Ressalta-se ainda que, após o trânsito em julgado, é normal que a União venha a impugnar os valores dela cobrados na fase de execução dos processos, mediante verificação técnica e jurídica. Nestas impugnações são questionadas a falta de



atendimento pelos exequentes dos preceitos legais que determinam a necessidade de prévia liquidação antes da execução, os parâmetros de cálculos utilizados, os índices de expurgos a serem aplicados, a incidência ou não de juros, seus patamares e diversos outros aspectos que podem ocasionar considerável variação nos valores finais a serem pagos. Pela possibilidade de alegação de defeitos processuais, pode ocorrer até mesmo a extinção da obrigação de pagar.

7. Em que pese ser possível traçar um panorama da instância atual dos processos, não há precisão em qualquer estimativa temporal a respeito do término e consequente pagamento das ações judiciais, haja vista que o tempo de tramitação de cada processo é variável, podendo durar vários anos ou ser resolvido em curto prazo. Essa dificuldade ocorre pois o ato de efetivamente proferir uma decisão judicial cabe a cada magistrado e também por que não se pode prever com segurança se a parte contrária interporá ou não recursos judiciais.

8. Cumpre esclarecer que, em se tratando de demandas judiciais, nem sempre é possível estimar com clareza o montante real envolvido, uma vez que é normal que as partes que litigam contra a Fazenda Pública subestimem os valores informados nas causas (visando reduzir as despesas processuais) ou mesmo os superestimem (nos casos de isenção de despesas processuais), acarretando um alto índice de imprecisão de valores. Nas ações listadas, as fontes para informação a respeito dos montantes são os valores pedidos pelas partes, as estimativas dos órgãos público federais envolvidos nas causas ou grupos de causas semelhantes e ainda as estimativas da área técnica responsável pelos cálculos na AGU (Departamento de Cálculos e Perícias – DCP).

9. Como consequência da utilização destes novos parâmetros estabelecidos pela Portaria AGU nº 40/2015, a listagem enviada em fevereiro de 2015 apresentou significativas mudanças em relação àquelas enviada nos anos anteriores, tendo sido atualizados alguns valores, excluídos diversos temas e incluídos outros.

10. Ocorre que, no presente momento, a atualização do levantamento se mostra inviável pelo fato de os Coordenadores e Coordenadores-Gerais da PGU, que fariam tal atualização, terem sido exonerados de seus cargos bem como os seus substitutos terem sido dispensados dos seus encargos ao longo das últimas semanas.



11. No entanto, como a atualização das informações utilizaria os mesmos parâmetros previstos na Portaria AGU nº 40/2015, provavelmente teria resultados bem semelhantes ao levantamento anterior, especialmente se for considerado o decurso de apenas 6 meses entre a última informação e a atual. Sendo assim, considerando a impossibilidade operacional de se realizar uma nova atualização, bem como pela probabilidade de não haver grandes mudanças em relação ao levantamento passado, indicamos como melhor estimativa possível de ser feita em relação aos riscos fiscais o mesmo levantamento enviado em fevereiro do corrente ano, consubstanciado na tabela em anexo.

12. Importa destacar que a listagem em anexo não implica em qualquer reconhecimento pela União quanto à efetiva sucumbência ou mesmo acerca das teses em debate, mas apenas eventual risco que tais demandas possam, em face de seu elevado valor, oferecer ao orçamento federal, caso a União não saia vencedora.

13. No entanto, faz-se um alerta em relação ao modo de divulgação destas informações no Anexo de Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias. É de conhecimento desta Procuradoria-Geral da União que as informações disponibilizadas, nos moldes atuais, estão sendo utilizadas em juízo pelas partes contrárias à União para tentar convencer magistrados de que a União já estaria reservando os valores para pagamento, vez que são divulgados os valores por tema, o que pode estar comprometendo a defesa da União.

14. As informações sobre a probabilidade de perda (possível, provável), até então mantidas sob estrito sigilo, poderão pelo menos ser deduzidas a partir da publicação da Portaria AGU nº 40/2015. Aliando os critérios de probabilidade de perda previstos na portaria com as informações sobre valor e instância processual atualmente divulgados na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a parte contrária poderá mostrar aos juízes, por exemplo, “que a União já considera como provável uma condenação de R\$ 1,5 bilhão de reais”, aumentando a possibilidade de prejuízo à defesa da União.

15. Sendo assim, a utilização desta informação tem o claro potencial de afetar negativamente a defesa da União em causas bilionárias. Deve-se esclarecer que são justamente as causas listadas que, pelo seu possível impacto financeiro, são defendidas pelas bancas de advogados mais qualificadas do país, que atuam diuturnamente em prol dos seus respectivos clientes.



16. Nesse cenário, em que o convencimento do magistrado depende de questões extremamente sutis, a apresentação dessa informação pode significar a diferença entre a vitória e a derrota no processo. Parece conveniente, então, que a divulgação da informação se dê de forma mais agregada, de modo a impedir o seu uso em processos judiciais. As informações publicadas atualmente no Anexo de Riscos Fiscais em relação ao Banco Central do Brasil e às empresas públicas, por exemplo, são bastante agregadas. Neste contexto, merece ser colocado que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/00) não prevê o grau de detalhamento das informações a serem divulgadas.

17. Por outro lado, deve-se atentar para as recomendações feitas pelo Tribunal de Contas da União ano passado em relação ao Balanço Geral da União 2013, em que recomendava que houvesse separação dos valores apontados entre condenação provável e possível, para que em seguida pudesse acompanhar a adequada contabilização desses valores (provisionamento e nota explicativa, respectivamente).

18. Em conclusão, considerando:

- (1) que a publicação da Portaria nº 40/2015 trouxe transparência aos critérios utilizados pela União para classificação das ações quanto ao risco fiscal;
- (2) que a Lei de Responsabilidade Fiscal não prevê o grau de detalhamento das informações a serem publicadas em relação aos passivos contingentes;
- (3) que o grau de detalhamento das informações atualmente divulgadas na LDO parece estar prejudicando a defesa da União;
- (4) que o Tribunal de Contas da União tem uma demanda em relação à classificação das ações em risco de condenação provável e possível;

recomenda-se que seja divulgada na Lei de Diretrizes Orçamentárias, além das informações preliminares de praxe, valores mais agregados, como os da tabela abaixo:

Risco Fiscal de Ações Judiciais	Probabilidade Provável (R\$)	Probabilidade Possível (R\$)	Total (R\$)
PGU	56.447.505.246,49	2.109.109.723,93	58.556.614.970,42



19. A memória de cálculo das informações da tabela acima está veiculada na tabela em anexo, cujos riscos estão listados por ordem de probabilidade de perda (primeiro provável, depois possível) e, em seguida, por ordem de valor da estimativa de impacto. Na visão da Procuradoria-Geral da União, tais informações podem, naturalmente, ser compartilhadas com os órgãos de controle.

